



Servidores e Governo assinam termo de acordo do reajuste

Aconteceu na manhã de hoje, 24, a reunião entre a Condsef/Fenadsef e o Governo, na qual, a Confederação entregou o resultado das assembleias de suas entidades filiadas, onde as mesmas, entenderam de forma unânime, que a melhor alternativa era aceitar a proposta apresentada pelo Planalto.

O encontro entre trabalhadores e Governo foi transmitido Ao Vivo, pelo canal do Ministério da Gestão e Inovação no YouTube, mostrando assim, a transparência de todo o processo.

A preocupação no momento é para que o Executivo encaminhe urgentemente os projetos de lei (PLs) que precisam ser aprovados pelo Congresso Nacional para assegurar que o reajuste de reajuste de 9% a partir de 1º de maio, mais acréscimo de R\$200 no auxílio-alimentação dos servidores do Executivo, sejam pagos em junho, como previsto.

Um dos PLs será necessário para alterar a previsão orçamentária no Anexo V, item 5.1, da Lei Orçamentária Anual. A partir desta alteração é que será possível a tramitação de outro Projeto de Lei que vai tratar diretamente do reajuste salarial, con-

siderando os limites orçamentários e jurídicos. O objetivo é que ambos sejam aprovados ainda em abril.

A Condsef/Fenadsef também reforça a importância de que o governo possa já encaminhar as propostas que não tem impactos orçamentários, como a instalação imediata das mesas setoriais de negociação e a revogação de atos administrativos que prejudicam servidores e serviços públicos.

Servidores e servidoras

também já começam a construir a campanha salarial de 2024. "Sabemos que para combater os efeitos do desmonte sofrido pelos serviços públicos e sentido pelos servidores, especialmente nos últimos anos, será necessária muita mobilização, muito debate e também muita luta, por isso, já começamos a trilhar esse caminho desde já", destacou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

Com informações da Condsef.

IMPOSTO DE RENDA 2023

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO
Filiado à CUT CONDEF FENADSEF

ATENDIMENTO*

Segunda à Sexta
08 às 12h e das 14 às 18h

* O último dia para a entrega da Declaração de Imposto será 31/05 (Quarta-feira).



Em visita de Lula ao Recife, servidores da Funasa protestam contra extinção

“Ô Nísia, preste atenção! A Funasa não merece a extinção” e “Funasa sim! Extinção não!” Essas foram algumas das palavras de ordem pronunciadas ontem pelo conjunto de servidores federais da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) durante a visita do presidente Lula e de seus ministros e ministras ao Recife, para o relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entre os(as) ministros(as) estava Nísia Trindade, a ministra da Saúde, para quem foi dirigida a frase que abre esta matéria.

A manifestação dos servidores foi promovida devido a iniciativa do governo Lula em extinguir a Funasa por meio da MP 1.156, sem um diálogo prévio com a categoria. Segundo a MP, os servidores e parte das competências da Fundação serão transferidos para o Ministério das Cidades, enquanto o que se refere ao exercício de atividades relacionadas à vigilância em saúde e ambiente e demais servidores ficarão diretamente ligados ao Ministério da Saúde.

"Pelo imenso leque de serviços prestados ao povo brasileiro, a Funasa deve ser reestruturada e não extinta", comentou o coordenador-geral do Sindsep, José Carlos de Oliveira.

Empunhando faixas e distribuindo panfletos, servidores da ativa, aposentados e funcionários terceirizados de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará sensibilizaram os presentes.

“A Funasa é um órgão atuante que trabalha junto aos pequenos municípios com até 50 mil habitantes e comunidades rurais, levando saneamento básico para a população desses locais, em geral pessoas de baixa renda. Em muitas ocasiões, a Funasa é a única presença do Estado nesses locais. Além disso, o órgão atua em todas as crises sanitárias como, por exemplo, nas últimas enchentes que tivemos no estado de São Paulo e nas aldeias Yanomamis”, comentou o secretário-geral do Sindsep-PE e servidor aposentado da Funasa, Felipe Pereira.

Integrante do SUS, a Funasa contribui para as metas de universalização do saneamento básico no Brasil, por meio de ações nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo ambiental e melhorias sanitárias domiciliares. Trabalha ainda ações de melhorias habitacionais para o controle de doenças de chagas, saneamento em áreas rurais e comunidades tradicionais e pesquisas e desenvolvimento tecnológico em saúde ambiental e saneamento.

Paralelamente, a Funasa promove ações na área de saúde ambiental para a redução de riscos à saúde, educação em saúde ambiental e segurança e qualidade da água para consumo humano.

Além dos trabalhos prestados à população, o órgão contribui diretamente na formação de mestres, doutores e pós-doutores pelo país na área de saneamento e sua extinção representa a paralisação de ações em curso com impactos negativos em comunidades rurais e tradicionais (ribeirinhos, quilombolas).

Os efeitos práticos da MP 1.156 já começaram a valer, mas a expectativa é de que o governo Lula reveja a decisão e invista na reestruturação do órgão e no diálogo com a categoria.

“Os municípios onde a Funasa atua não têm recursos para implementar projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, construção de cisternas, perfuração de poços artesianos entre outros serviços prestados pela Funasa. Não se pode extinguir a Funasa e abandonar a população desses locais”, comentou o diretor do Sindsep e servidor da Funasa, Luiz Marcos da Silva.

Sindsep-PE